

TRT 19-AL

**Técnico Judiciário -
Área Administrativa**



Edital verticalizado

Tribunal Regional do
Trabalho da 19ª Região - AL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de texto.

Tipologia e gêneros textuais.

Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República): aspectos gerais da redação oficial; características e finalidade dos expedientes oficiais; adequação da linguagem ao tipo de documento e ao perfil do interlocutor; adequação do formato e da estrutura textual ao gênero; valor documental dos expedientes oficiais.

Variação linguística.

Elementos da comunicação e funções da linguagem.

Significação de palavras e expressões.

Relações de sinonímia e de antonímia.

Ortografia.

Acentuação gráfica.

Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.

Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto.

Locuções verbais (perífrases verbais).

Funções do "que" e do "se".

Função textual dos vocábulos.

Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas na oração e entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação).

Concordância verbal e nominal.

Regência verbal e nominal.

Emprego do sinal indicativo de crase.

Colocação pronominal.

Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual;

emprego de tempos e modos verbais.

Domínio dos mecanismos de coerência textual.

Reescrita de frases e parágrafos do texto: significação das palavras;

substituição de palavras ou de trechos de texto;

reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto;

reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Conjuntos Numéricos: Operações no conjunto dos Números Racionais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação);

Expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais (MMC e MDC);

Resolução de problemas envolvendo conjuntos numéricos.

Números e grandezas proporcionais: Razões. Proporções; Divisão em partes proporcionais;

Regra de três;

Porcentagem;

Resolução de problemas envolvendo razão, proporção e regra de três.

Estruturas lógicas.

Lógica de argumentação: Analogias, inferências, deduções e conclusões; lógica sentencial ou proposicional;

Proposições simples e compostas;

Equivalências;

Leis de Morgan;

Diagramas lógicos.

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer sua estrutura.

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, as conclusões determinadas.

LEGISLAÇÃO

Lei nº 8.112/1990, com alterações posteriores (Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais).

Lei nº 9.784/1999 (Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal).

Lei nº 8.429/1992 (Improbidade administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021.

Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Regimento Interno do TRT da 19ª Região.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: princípios fundamentais.

Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais.

Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos.

Da organização do Estado: da organização político-administrativa; da União, dos Estados Federados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios.

Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos.

Da Organização dos Poderes.

Do Poder Executivo: das atribuições e responsabilidades do Presidente da República.
Do Poder Legislativo: do Congresso Nacional, das atribuições do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Processo Legislativo, da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Conselho Nacional de Justiça: organização e competência; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais e Juízes do Trabalho; do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: organização e competência.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios básicos da Administração Pública.

Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista.

Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder.

Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos.

Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.

Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar.

Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 14.133/2021): disposições gerais, modalidades de licitação, procedimentos auxiliares, critérios de julgamento e contratação direta por dispensa e inexigibilidade de licitação.

Responsabilidade extracontratual do Estado.

Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999).

Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021).

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Da Justiça do Trabalho: organização e competência.

Das Varas do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência.

Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: das secretarias das Varas do Trabalho; dos distribuidores; dos oficiais de justiça e oficiais de justiça avaliadores.

Dos Peritos Judiciais.

Do Ministério Público do Trabalho: organização e competência.

Do processo judiciário do trabalho: princípios gerais do processo trabalhista aplicação subsidiária do CPC).

Prescrição e decadência.

Prescrição intercorrente.

Dos atos, termos e prazos processuais.

Da distribuição.

Do valor da causa no Processo do Trabalho; Das custas e emolumentos.

Custas e emolumentos para a Fazenda Pública.

Hipóteses de isenção.

Lei nº 5584/1970.

Das partes e procuradores; do jus postulandi.

Da assistência judiciária; dos honorários de advogado: sucumbenciais e honorários contratados.

Dos conflitos de jurisdição/competência.

Das audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; da notificação das partes; do arquivamento do processo; da revelia e confissão.

Das provas.

Dos dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da reclamação escrita e verbal; da legitimidade para ajuizar.

Do procedimento ordinário e sumaríssimo.

Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.

Da sentença e da coisa julgada.

Do processo de Jurisdição Voluntária para homologação de acordo extrajudicial.

Da liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento.

Da execução: execução provisória e definitiva; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida.

Da citação, do depósito da condenação e da nomeação de bens.

Garantias na execução.

Seguro-fiança e seguro-garantia; do mandado e da penhora.

Dos embargos à execução; da impugnação à sentença; dos embargos de terceiros.

Da praça e leilão; da arrematação; das custas na execução.

Dos recursos no processo do trabalho.

Normas atinentes ao Processo Judicial Eletrônico; Lei 13.467 de 2017 (Reforma Trabalhista).

Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho; Instruções Normativas e Atos em Geral do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho.

Súmulas Vinculantes do Supremo

Tribunal Federal relativas ao Direito Processual do Trabalho.

Lei 6858/80.

Resolução do CSJT n 174/2016.

Resolução CSJT nº 288/2021.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho.

Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da CF/1988).

Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção.

Trabalho intermitente.

Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho.

Do grupo econômico; da sucessão de empregadores; da responsabilidade solidária e subsidiária.

Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características.

Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi.

Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção.

Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da despedida coletiva; da culpa recíproca; da indenização.

Do aviso prévio.

Da estabilidade e das garantias provisórias de emprego.

Da duração do trabalho: da jornada de trabalho; Jornada In itinere; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas.

Do salário mínimo: conceito, irredutibilidade e garantia.

Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; das férias coletivas; da remuneração e do abono de férias.

Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário.

Da equiparação salarial.

Do FGTS.

Da prescrição e decadência.

Da segurança e medicina no trabalho: das atividades insalubres e perigosas.

Das disposições especiais sobre duração e condições de Trabalho (Capítulo I do Título III da CLT); Da estabilidade da gestante; da licença-maternidade (art. 10 do ADCT).

Do direito coletivo do trabalho: das convenções e acordos coletivos de trabalho.

Do direito de greve.

Do teletrabalho.

Dano moral nas relações de trabalho.

Súmulas e Orientações da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho.

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho.

Instruções e atos Normativos do TST em matéria de Direito do Trabalho.

Reforma Trabalhista – Lei 13467 de 2017.

Acidentes do Trabalho.

Princípios gerais de responsabilidade civil trabalhista.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!